

SEFAZ-RJ NT – 2008.35

**A Economia do Tráfico na
Cidade do Rio de Janeiro:
uma tentativa de calcular o
valor do negócio**

Sub-Secretaria de
Estudos Econômicos

Rio de Janeiro, 19.12.2008

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA
DE FAZENDA



A Economia do Tráfico na Cidade do Rio de Janeiro: uma tentativa de calcular o valor do negócio

Sergio Guimarães Ferreira e Luciana Velloso

Sub-Secretaria de Estudos Econômicos

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela Subsecretaria de Estudos Econômicos, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Subsecretaria de Estudos Econômica ou da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



1. Introdução

Este trabalho procura dimensionar o negócio de entorpecentes na cidade do Rio de Janeiro. Esta estimativa é feita a partir de informações das pesquisas de consumo de drogas—especificamente maconha, cocaína e crack, e de pesquisas de preços da droga no atacado e no varejo, permitindo-se inferir o valor da demanda por esses produtos. Dimensiona-se também o custo operacional do tráfico de drogas a partir de pesquisas sobre a força de trabalho empregada nesse comércio, e de dados oficiais de apreensão de armas, para se chegar a uma estimativa do excedente operacional compatível com a demanda (faturamento) estimada. Obviamente, o mercado de drogas não é o único ilegal em nenhuma grande cidade, mas ele é tipicamente mais associado à violência urbana. Além disso, ao contrário de outros mercados ilegais, há algumas pesquisas públicas rigorosas sobre o consumo das mercadorias que o movimentam, as quais permitem que se calculem valores de faturamento minimamente consistentes.

O mercado de drogas é uma das principais razões da violência no Rio de Janeiro. Os custos dessa violência e da desordem cuja origem pode ser traçada à droga são de grande magnitude e, de certo modo, maior do que o próprio negócio da droga. Segundo vários estudos, a violência tem gerado custos diretos da ordem de 5% do PIB estadual, na forma de despesas crescentes em segurança e saúde no orçamento do poder público e do setor privado (Cerqueira et al, 2007).¹ Mas, os custos da violência vão bem além desses custos diretos.

Áreas violentas coincidem com áreas com alto índice de informalidade, e áreas violentas expulsam negócios bem sucedidos, levando-os à falência ou favorecendo a migração para locais mais seguros. Essa dinâmica é perversa ao desenvolvimento porque as atividades informais obtêm vantagem não pela sua maior produtividade, mas

¹ Os autores calculam, para 2004, que o custo da violência no Brasil foi de R\$ 92,2 bilhões, o que representou 5,09% do PIB. Deste total, R\$ 28,7 bilhões corresponderam a despesas efetuadas pelo setor público e R\$ 60,3 bilhões foram associados aos custos tangíveis e intangíveis arcados pelo setor privado. Ver Cerqueira, D.; Carvalho, A.; Lobão, W.; Rodrigues, R. (2007). Análise dos Custos e Conseqüências da Violência no Brasil. Texto para Discussão 1284. IPEA.





pelo seu menor custo tributário e pela desatenção a direitos dos trabalhadores. Ou seja, não pela criação de riqueza, mas pela captura da riqueza dos outros. Além dessa concorrência direta, o risco de roubo de carga, ou violência contra funcionários, somado ao custo da segurança privada torna regiões violentas menos competitivas. O efeito de expulsão se dá às vezes de maneira indireta. Por exemplo, os prejuízos originados em áreas violentas podem ser transferidos para o resto do Estado, afetando a competitividade da economia como um todo, como no caso do roubo de energia elétrica. Neste caso, as perdas em determinadas áreas são em parte repassadas para a tarifa de luz de todos os consumidores, tornando as atividades industriais mais caras e afugentando as empresas e criando desemprego. A violência tende, portanto, a dificultar a arrecadação dos tributos, com impacto negativo na capacidade do estado prover serviços básicos à população.

Além das conseqüências sobre a atração de investimentos, a atividade econômica e a arrecadação, a própria eficácia de políticas públicas é seriamente comprometida em ambientes violentos. No Rio de Janeiro, há casos de comunidades separadas pela guerra entre facções criminosas, como Parada de Lucas e Vigário Geral. A fronteira que divide essas comunidades emblematicamente é marcada pela presença de uma escola, um CIEP, cujas paredes estão marcadas por buracos de balas. Esta escola ilustra a dificuldade de garantir a oferta de educação em meio à violência, já que nesse ambiente vige o absenteísmo de professores, aulas são interrompidas por conta de tiroteios, e rivalidades entre gangues são transferidas para sala de aula, etc. Também há indicações de que a falta de serviços públicos de saúde é um séria preocupação dos moradores de Parada de Lucas, mas não tanto daqueles de Vigário Geral, que conta com um posto de saúde. Esta diferença entre comunidades vizinhas e cuja distância ao posto de saúde não excede 1,5 km se explica pela dificuldade de acesso causada pela rivalidade violenta entre as duas comunidades.

Os dois exemplos acima ampliam o entendimento do custo da violência além da mera proporção do PIB, o que começa apenas a ser estudado pela comunidade



acadêmica. Beato (2008)², por exemplo, refere-se à implosão das comunidades por causa da violência, mas não quantifica custos. Barenboim e Campante (2008) sugerem que favelas com mais incidência de crimes tendem também a ser mais desiguais.³ Também é notório que—em contraste com a maioria das cidades brasileiras—muitas favelas tendem a apresentar segmentação geográfica entre grupos étnicos em seu próprio interior, semelhante à criação de guetos, o que é típico em ambientes inseguros (como prisões, etc.).

A estimativa de demanda por drogas também permite jogar alguma luz sobre um fenômeno bastante específico do Rio de Janeiro, que é a diversificação da atividade do tráfico na direção da provisão de diversos serviços nas favelas. A oferta de serviços “piratas” pelo tráfico (e por outros grupos à margem da lei) sugere que a lucratividade do tráfico não seja tão grande. Ela também ajuda a explicar a ênfase dos traficantes em manter o controle territorial de certas áreas, onde o crime passa a controlar serviços que vão de eletricidade à programação de TV a cabo. De fato, o controle territorial permite ao criminoso uma série de economias de escopo na oferta de serviços ilegais, ou na terceirização e posterior tributação dos serviços fornecidos.⁴ A violência neste caso tem uma funcionalidade específica de criação de reputação, em um ambiente em que contratos de fornecimento, acordos de preço ou reservas de mercado não possuem lastro legal.

Esse estudo não pretende discutir todos os custos ou fatores que contribuem para a manutenção do tráfico, ou as políticas públicas—especialmente em segurança, que devem ser seguidas. Ele se foca na estimativa do tamanho do mercado, dentro de hipóteses específicas e detalhadas, e na tentativa de avaliação da rentabilidade dessa atividade, avaliando se esta é compatível com a tentativa de capturar economias de escopo através do controle territorial das áreas em que o tráfico se desenvolva. O estudo se divide em oito seções. A segunda seção faz um resumo da pequena literatura

² Beato, C. Projeto Fica Vivo em Belo Horizonte. Em Veloso, F.; Ferreira, S. *É Possível: gestão da segurança pública e redução da violência*. Contracapa. 2008.

³ Barenboim, I.; Campante, F. *Does Crime Breed Inequality? Evidence from the Favelas in Rio de Janeiro*. Mimeo. Harvard University.

⁴ Recentemente, o jornal O Globo fez um conjunto de matérias intitulado *Favela S.A.*, que mostrava como o crime explorava os diversos serviços, como distribuição de gás e TV a cabo.



sobre economia do crime e apresenta uma resenha das pesquisas de consumo de drogas existentes, descrevendo as metodologias, e associando-as ao problema de estimação do consumo e da elasticidade-preço do consumo de droga. A terceira seção apresenta os resultados das pesquisas do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID), e compara os resultados encontrados para diferentes capitais. A seção quatro utiliza os resultados das pesquisas de consumo para fazer uma estimativa da demanda de cocaína, crack e maconha na cidade do Rio de Janeiro. A quinta seção junta informações de preço às informações das pesquisas de consumo para estimar o faturamento do tráfico por tipo de droga. A seção seis detalha as estimativas de custo operacional, particularmente o custo de mercadorias vendidas, o custo de depreciação do estoque de armas, e o custo de mão de obra. A seção estima o excedente operacional do tráfico considerando cenários de consumo alto e baixo. A seção nove conclui.

2. Economia do Crime e Bancos de Dados

A literatura econômica a respeito do crime ainda é muito incipiente, embora já razoavelmente antiga. Becker (1968)⁵ modela o processo de decisão de cometer um crime do ponto de vista econômico, comparando o custo de ser pego e encarcerado, contra o benefício privado do furto, e mostra que a análise econômica habitual das escolhas individuais é eficaz para explicar o comportamento criminoso, sem prejuízo de análises psicológicas, patológicas, ou sociológicas.

O trabalho de Becker originou uma linha de trabalho que assimila a unidade de produção do crime a uma firma, que opera de acordo com a teoria microeconômica. Nesta linha, há alguns trabalhos, particularmente explorando a interação estratégica

⁵ Gary Becker (1968). "Crime and Punishment: An Economic Approach". The Journal of Political Economy 76: pp. 169–217.



envolvendo as máfias, e a organização empresarial das mesmas (Fiorentini e Peltzman, 1995⁶; Schelling, 1984⁷, dentre outros). Mais raros são os trabalhos sobre a estrutura organizacional da firma ofertante de drogas ilícitas. Exceções são Levitt e Venkatesh (2000)⁸ e Naranjo e Alberto (2007).⁹ Alguns dos principais resultados dessa vertente da literatura são resumidos a seguir.

- Traficantes procuram criar barreiras à entrada nos seus negócios, o que lhes conferem algum poder de fixação de preços. Possuir armamentos, por exemplo, ajuda a criar um monopólio em uma determinada região, o que gera certa capacidade de determinação de preços no varejo. A criação de barreiras à entrada, no caso das drogas, é mais fácil no segmento atacadista do que no varejista. Isto se explica porque a distribuição em maior escala requer um longo processo de aprendizado (*learning-by-doing*), de construção de reputação de confiabilidade na entrega, de financiamento de compras (braço financeiro do negócio). Esses e outros motivos geram diferenciação de serviço e introduzem elementos de custos fixos, difíceis de serem replicados e que dão poder de mercado ao atacadista. Tanto o varejo quanto a produção são em geral caracterizados por maior concorrência.
- Levitt e Venkatesh (2000) analisam uma base de dados detalhada sobre atividades financeiras de uma gangue especializada em venda de drogas, ao longo de quatro anos. Os dados contêm informações detalhadas sobre receitas (de drogas e de extorsão), e despesas (custos de drogas vendidas, armas, taxas pagas à administração central, salários pagos em diversos níveis). Os autores encontram níveis de lucratividade bem mais baixos do

⁶ Fiorentini, G.; Peltzman, S. The Economics of Organised Crime. Centre for Economic Policy Research. Cambridge University Press. 1995.

⁷ Schelling, T. "What Is the Business of Organized Crime?" . Choice and Consequence, Cambridge: Harvard University Press.

⁸ Levitt, S.; Venkatesh, S. An Economic Analysis Of A Drug-Selling Gang's Finances, Quarterly Journal of Economics, 2000, v115(3,Aug), 755-789.

⁹ Naranjo e Alberto (2007) analisam a cadeia produtiva das drogas, desde o mercado distribuidor até o mercado varejista. Naranjo, R; Alberto, J. Drugonomics: Industrial Organization of Illegal Drug Markets. 2007. 127 p. Tese (Doutorado em Economia) - Stockholm University, Faculty of Social Sciences, Department of Economics, Stockholm.



que o usualmente acreditado: uma gangue urbana no auge da guerra do crack, com cem funcionários, lucrava 10.800 dólares mensais nos Estados Unidos. Além disso, identifica-se uma distribuição de rendimentos desigual, enquanto o líder ganha cerca de US\$65 por hora, aqueles na base ganham US\$5,6. Os autores concluem que a participação nesses grupos só é compatível com um baixo valor implícito dado à própria vida, mesmo após considerar a probabilidade de o soldado tornar-se chefe algum dia.

Outra vertente de estudo se foca no impacto da repressão no custo e na demanda por droga. Neste caso, parte-se da observação de que a repressão cria uma cunha entre o preço recebido pelo produtor e o pago pelo consumidor. Os motivos deste fenômeno incluem: a) canais de distribuição ilegais mais caros do que canais legais, na medida em que a necessidade de esconder a informação das autoridades força tais firmas a distribuir quantidades subótimas e por meios dispendiosos (por exemplo, quantidades menores e por trilhas pouco transitadas); b) perdas diretas resultantes da captura de carregamentos pela polícia; c) a necessidade de métodos violentos e caros para garantir o cumprimento de contratos ilícitos; d) a possibilidade de prisão ou multa (ou propina); e) custos de apreensão de armas e munições pela polícia. Considerando essas ineficiências e que a proibição é uma forma de tributação não monetária, os autores comparam as vantagens da legalização e conseqüente tributação do produto, com a proibição. Geralmente, tais modelos de organização industrial do crime supõem concorrência perfeita entre traficantes, produto homogêneo e livre entrada. Esse é o caso de Becker, Murphy e Grossman (2004).¹⁰

Um aumento da repressão aumenta o custo unitário de distribuição da droga e o preço de venda, cujo impacto na demanda depende da sensibilidade com que os consumidores reagem a aumentos de preços, ou seja, da elasticidade-preço da curva de demanda por drogas. Medir o efeito de diferentes políticas com respeito à droga exige,

¹⁰ Becker, G.; Murphy, K.; Grossman, M. The Economic Theory of Illegal Goods: The Case of Drugs. Working Paper 10.976. NBER. 2004.



portanto, descobrir empiricamente qual a elasticidade-preço da demanda por drogas. Esta vertente depende de bases de dados de consumo de drogas—assim como de uma pesquisa de preço confiável—que permitam formar uma série temporal sólida do preço do tóxico, para estimar uma curva de demanda.

O uso de bancos de dados de consumo de drogas não é trivial, porque pesquisas por entrevistas apresentam um tendência à sub-declaração. Corman *et alli* (2004)¹¹, por exemplo, comparam testes de urina de mulheres grávidas com suas respectivas auto-declarações (feitas sem que as mulheres soubessem que seriam submetidas aos testes), e mostram que somente 47% das mulheres que mostraram evidência de consumo na análise clínica declararam ser usuárias. Dave (2004)¹² entrevista presidiários nos Estados Unidos, e recolhe posteriormente testes de urina. Ele encontra vestígios de cocaína na urina de 40% dos presos, cerca do dobro do contingente que declara serem usuários (19%).

Outra fonte de informação a complementar auto-declarações são registros médicos.¹³ Dave (2004a), por exemplo, compara os dados de registros médicos do Programa *Drug Use Forecasting (DUF)*, que apresenta a percentagem de presos com rastro de drogas na urina, com valores declarados pelos presos. Corman *et alli* (2004) usam a *Fragile Families and Child Wellbeing (FFCWB)* para estimar a elasticidade-preço do consumo de cocaína por mulheres grávidas. Outra base de dados de origem médica utilizada para se estimar elasticidades-preço do consumo de drogas é a *Drug Abuse Warning Network (DAWN)*, o qual se baseia em admissões em sala de emergência de hospitais onde cocaína e heroína são citadas pelos servidores hospitalares. Dave (2004b) estima a elasticidade-preço da demanda de viciados crônicos a partir dessa informação.¹⁴

¹¹ Corman, H.; Noonan, K.; Reichman, N.; Dave, D. Demand for Illicit Drugs by Pregnant Women. Working Paper 10688. NBER. 2004.

¹² Dave, D. Illicit Drug Use Among Arrestees and Drug Prices. Working Paper 10648. NBER. 2004.

¹³ Registros médicos tendem a apresentar falsos positivos, como é o caso de exames de urina, e assim superestimar o percentual de consumidores.

¹⁴ Dave, D. The Effect Of Cocaine And Heroin Price On Drug-Related Emergency Department Visits," *Journal of Health Economics*, 2006, v25(2,Mar), 311-333.



Apesar da fragilidade de entrevistas, o papel de bases como a *National Household Survey on Drug Abuse (NHSDA)*, pesquisa domiciliar elaborada pela *Substance Abuse and Mental Health Services Administration (SAMHSA)* é muito grande. Esta base oferece dados de consumidores americanos com doze ou mais anos de idade, de acordo com as frequências do uso: percentuais de indivíduos que consumiram drogas pelo menos uma vez na vida, pelo menos uma vez no último ano e pelo menos uma vez no último mês.¹⁵ Outra base frequentemente utilizada é o *Monitoring the Future*, com foco no consumidor jovem.

3. Bancos de Dados Brasileiros

As principais bases de dados sobre consumo no Brasil são realizadas pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID) e disponibilizadas pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).¹⁶ Nessas bases, encontram-se percentuais de consumidores de acordo com a droga consumida, a frequência e a intensidade do uso, além do local de residência do entrevistado. Há dois levantamentos domiciliares, um realizado em 2001 e outro em 2005; um levantamento com crianças de rua realizado em 2003; e um levantamento de estudantes de escolas públicas realizado em 2004. Enquanto as pesquisas domiciliares seguem a mesma metodologia da norte-americana NHSDA, as pesquisas com crianças de rua e estudantes seguem o padrão do questionário proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

¹⁵ Uma falha do NHSDA é que não capta o consumo de usuários pesados. A característica de painel, que acompanha as mesmas famílias ao longo do tempo acaba viesando a amostra em detrimento de famílias instáveis (e conseqüentemente em detrimento de usuários intensivos, os quais tem maior probabilidade de pertencerem a famílias instáveis).

¹⁶ Subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, foi criada pela Medida Provisória nº 1669 e pelo Decreto nº 2.632, ambos de 19 de junho de 1998. De acordo com o decreto Nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, são competências da Senad: exercer a secretaria-executiva do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD; articular e coordenar as atividades de prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas; propor a atualização da política nacional sobre drogas na esfera de sua competência e gerir o FUNAD e o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas.



O V Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino, mostra os percentuais de consumidores em 2004 em relação à população total, por droga consumida, para cada uma das capitais estaduais brasileiras. A amostra é composta por estudantes, com dez anos ou mais de idade, regularmente matriculados no ensino fundamental e médio de escolas públicas. Na pesquisa, o consumo é classificado pela frequência e intensidade: a) uso pelo menos uma vez na vida; b) uso pelo menos uma vez no ano e; c) uso pelo menos uma vez no mês, segundo as intensidades baixa, média e alta. As drogas selecionadas para o estudo, e que responderão por todo o universo de análise, foram a maconha, a cocaína e o crack, por serem as drogas de consumo mais difundido no país.

Os resultados do levantamento apontam para um uso bem mais intenso da maconha do que da cocaína, ou crack—ainda que se possa considerar que a estimativa de crack esteja defasada em relação aos hábitos atuais (Tabela 1).

Tabela 1: Perfil de Consumo de Drogas, por frequência de uso, Estudantes do Ensino Fundamental e Médio, Rio de Janeiro, 2004

Percentual de Consumidores			
Droga	Vida	Ano	Mês
Maconha	6.8	5.3	4.0
Cocaína	1.7	1.6	1.3
Crack	0.6	0.5	0.5

Fonte: SENAD.

As mesmas perguntas são feitas para estudantes de escolas públicas de todas as capitais estaduais do país. O resultado da pesquisa mostra o percentual de consumo de maconha, cocaína e crack em 2004, nas capitais do país (Figuras 1, 2, e 3). O Rio de



Janeiro não está entre as cidades com maior uso percentual de drogas entre estudantes, de acordo com as declarações feitas pelos mesmos. Quer seja no que toca já terem experimentado drogas, quer seja o uso mais freqüente, algumas capitais no Nordeste ou no Sul apresentam uma freqüência de uso maior do que no Rio de Janeiro. O consumo do Rio encontra-se em linha com o de São Paulo em cocaína e maconha. De forma geral, o Rio de Janeiro não é um ponto fora da curva para nenhuma das três drogas, tendo um percentual de consumo próximo ao modal.

Figura 1: Percentual de Estudantes Consumidores de Maconha, Uso na Vida, 2004

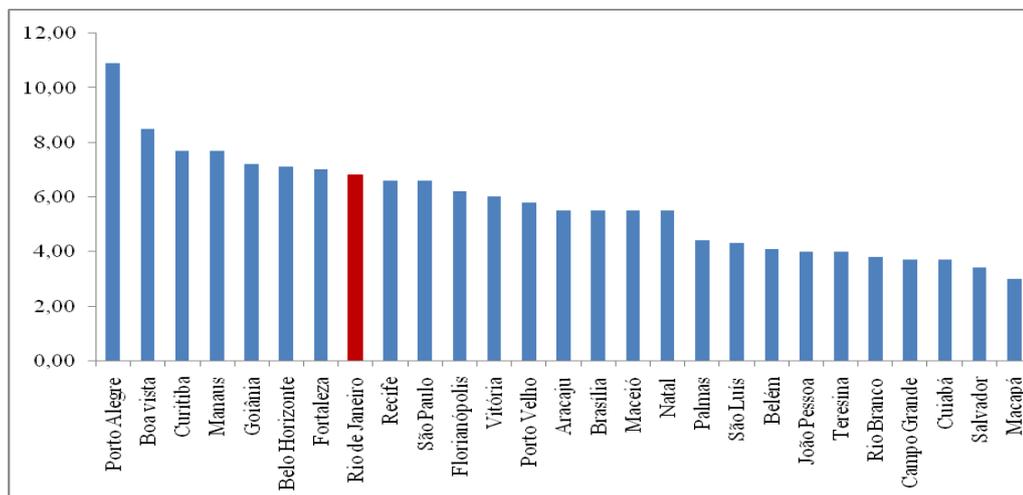


Figura 2: Percentual de Estudantes Consumidores de Cocaína, Uso na Vida, 2004.

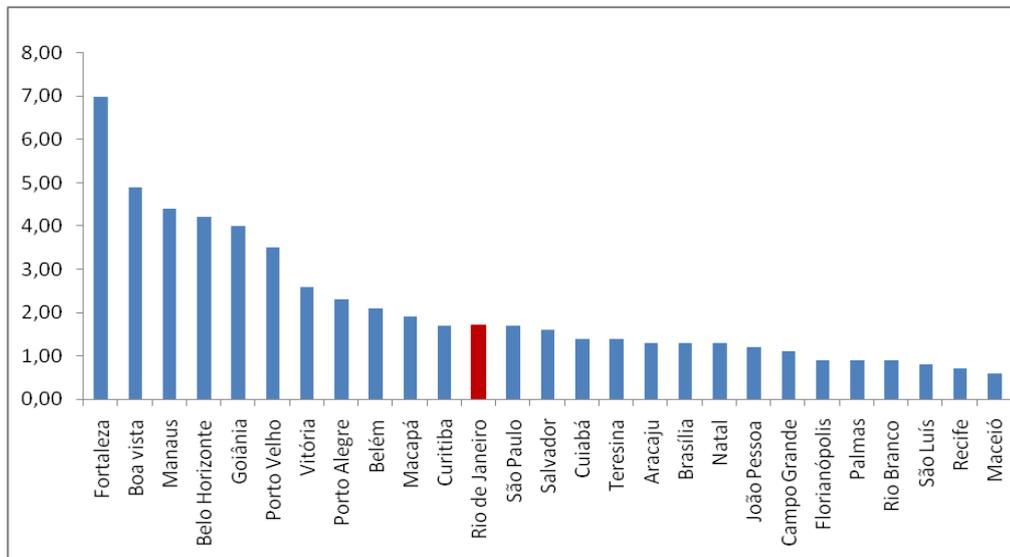
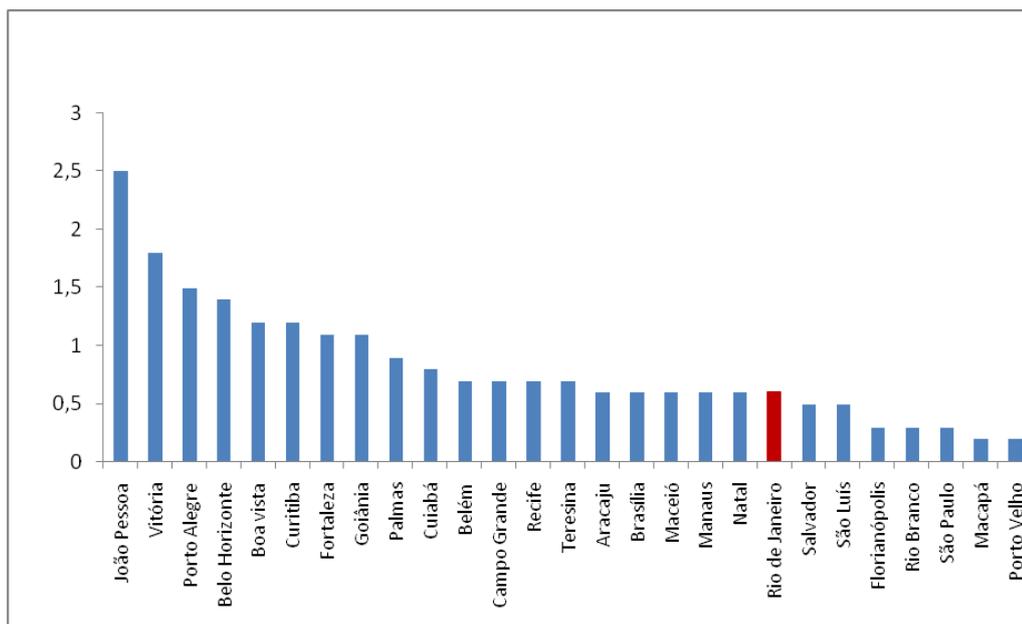


Figura 3: Percentual de Estudantes Consumidores de Crack, Uso na Vida, 2004.



A pesquisa de estudantes de 2004 também pergunta para aqueles que reportam terem consumido pelo menos uma vez no mês, qual o grau de intensidade do consumo: se baixo, médio ou alto, onde o consumo baixo corresponde a uma a cinco vezes; o consumo médio, entre seis e 19 vezes, e o consumo alto, mais de 19 vezes no mês. Verifica-se que no caso da maconha e cocaína o uso é menos frequente



proporcionalmente do que no caso do crack, onde a maior parte dos usuários consome com uma frequência “média” (Tabela 2).

Tabela 2: Intensidade de Uso por Tipo de Droga

Percentual de Consumidores			
Droga	Baixo	Médio	Alto
Maconha	57.5	25.0	17.5
Cocaína	53.8	30.8	15.4
Crack	20.0	60.0	20.0

Fonte: SENAD.

OBS: intensidade baixa corresponde ao consumo de 1 a 5 vezes por mês; intensidade média de 6 a 19 vezes por mês; intensidade alta, mais de 19 vezes por mês.

Não há razão para considerar que o consumo de drogas na população total seja igual ao consumo entre estudantes. Pode-se argüir, por exemplo, que os estudantes têm mais tempo livre do que o resto da população, e que isso poderia levar a um consumo maior. Por outro lado, pode-se adiantar que pessoas na faixa de 30-40 anos têm uma renda maior, e isso poderia facilitar o consumo. Trata-se, portanto, mais uma vez de uma questão empírica, e para responde-la é útil ter informações adicionais.

O II Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, com percentuais de usuários em 2005, por faixa etária e droga consumida (para uso na vida), no país e nas cinco regiões tem a vantagem de incluir pessoas de 12 a 65 anos de idade, residentes em cidades com mais de 200 mil habitantes.

Este levantamento tem duas desvantagens, no entanto. A primeira é que ela é feita por região, não sendo possível conhecer o perfil da cidade do Rio de Janeiro. A segunda é que na medida em que ela se concentra no uso “durante a vida”, ela tem um efeito acumulativo que não é totalmente esclarecedor sobre a relação da prevalência da droga na idade estudantil em relação a outras idades.

A pesquisa indica um salto no uso de algumas drogas na faixa de 18-24 anos no caso da maconha, e uma progressão até a idade de 25-34 anos para o caso da cocaína, que é uma droga mais cara e de disseminação mais recente (Tabela 3). O fato de que a



partir de certa idade a frequência de pessoas que haveria experimentado drogas cai pode se explicar pela hipótese de que o consumo entre jovens era muito menor há vinte anos—ou seja, um fenômeno de gerações; ou pelo “esquecimento” da experiência em idades mais maduras.

Uma comparação dos dados de estudantes para a cidade do Rio de Janeiro e para a população como um todo para a região sudeste é inevitável. No caso da cidade do Rio de Janeiro, 6,8% dos estudantes do ensino fundamental e médio revelaram terem consumido maconha na vida, comparado a 5,1% na população entre 12 e 17 anos, e de 20,3% na população entre 18 e 24 anos. Considerando-se que o atraso escolar é substancial, a pesquisa de 2004 para a cidade do Rio de Janeiro está em linha com a pesquisa de 2005 para a região sudeste. Para cocaína, contudo, observa-se que pessoas entre 12 e 17 anos não representam faixa etária representativa dos consumidores da droga.¹⁷

Tabela 3 – Percentuais de consumidores, segundo a faixa etária

Região	Faixa Etária	Maconha	Cocaína	Crack
Sudeste	12 – 17 anos	5.1	0.4	0.0
	18 – 24 anos	20.3	4.6	0.7
	25 – 34 anos	16.1	7.0	2.5
	≥ 35 anos	6.3	2.7	0.6
Sul	12 – 17 anos	7.0	1.2	1.5
	18 – 24 anos	20.2	7.1	2.1
	25 – 34 anos	15.0	6.1	3.1
	≥ 35 anos	5.5	1.6	0.2
Nordeste	12 – 17 anos	1.6	0.0	0.0
	18 – 24 anos	11.6	1.6	0.8

¹⁷ Particularmente, estudantes do ensino fundamental consumidores de cocaína são casos patológicos e portanto devem ter um perfil diferente do consumidor representativo.



	25 – 34 anos	8.7	2.6	1.5
	≥ 35 anos	3.8	0.6	0.4
Norte	12 – 17 anos	0.0	0.0	0.0
	18 – 24 anos	4.7	1.5	0.0
	25 – 34 anos	7.6	0.7	0.0
	≥ 35 anos	4.9	2.0	0.0
Centro-Oeste	12 – 17 anos	3.6	1.0	0.0
	18 – 24 anos	14.1	5.2	0.0
	25 – 34 anos	10.3	3.2	1.1
	≥ 35 anos	6.1	1.3	0.0

4. Estimativa do Consumo na Cidade do Rio de Janeiro

As pesquisas qualitativas podem, apesar de algumas de suas deficiências, servir como indicador da dimensão do mercado de drogas da cidade do Rio de Janeiro. Infelizmente, as pesquisas não são completas e, portanto, é necessário fazer algumas hipóteses para cobrir hiatos nas informações.

Uma das primeiras hipóteses foi aplicar o perfil de uso (vida-anual-mensal) para o *II Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil*, permitindo inferir o uso da droga para faixas etárias mais altas, a partir do comportamento dos estudantes, especialmente para a população de 18-24 anos.¹⁸ Ajustes similares foram feitos para todas as faixas etárias. Por exemplo, os percentuais de consumo de maconha para a faixa de 25 a 34 anos foram obtidos multiplicando-se os percentuais de (intensidade x frequência) por 80% (16/20). No caso de cocaína, os percentuais dos estudantes foram multiplicados por 1,5, o que também foi feito no caso do crack. Portanto, para aqueles que se enquadram na faixa etária 18-24 anos, os

¹⁸ Em função do atraso escolar, os números encontrados para os estudantes parece ser uma composição entre aqueles observados para as duas faixas etárias mais baixas. Escolhemos a faixa mais elevada a partir de testes de sensibilidade.



percentuais permanecem os mesmos, enquanto que para as outras faixas etárias, os percentuais mudam. Os percentuais finais se encontram na tabela A1 do anexo 2.

Outra hipótese tem a ver com a tradução da frequência declarada em termos de consumo. Basicamente fez-se uma interpolação linear para os que declaram ter usado ao menos uma vez ao ano, mas não no último mês (supõe-se uma média de dois consumos por ano). O mesmo se aplica aos que declararam usar ao menos uma vez no último mês, mas não na última semana, etc.

Para o cálculo do consumo final foram considerados os pesos médios das unidades de consumo identificadas pela Polícia Federal—especificamente, cinco gramas para a maconha, e um grama para cocaína e crack por visita ao varejista¹⁹.

Essas hipóteses indicariam um consumo anual de drogas na cidade do Rio de Janeiro da ordem de 90 toneladas para a maconha, 8,8 toneladas para a cocaína e 4,2 toneladas para o crack (Tabela 4).

Tabela 4: Estimativa de Consumo de Drogas na Cidade do Rio de Janeiro

Droga	Quantidade (Kg)
Maconha	90,053
Cocaína	8,817
Crack	4,254
Total	103,124

Elaboração própria a partir de dados da SENAD.

Uma aferição indireta da precisão dessa estimativa seria considerar o consumo estimado nos EUA a partir de pesquisas feitas naquele país. O consumo médio de cocaína por ano por habitante nos EUA é de 1,2 gramas²⁰. Esse consumo médio é próximo à média usada para a estimativa da Tabela 4, o que é positivo. No entanto, duas considerações—em direções opostas podem ser feitas em relação a essa comparação. De

¹⁹ Ver tabela A3 do anexo 2.

²⁰ Layne, M., Rhodes, W., and Johnston, P. “Estimating Cocaine Flow: The Sequential Transition and Reduction (STAR) Model, 1996-1998,” Abt Associates Inc., report submitted to the Office of National Drug Control Policy, December, 1999.



um lado, trata-se do consumo médio no país e não em grandes cidades do EUA, o que pode criar um viés para baixo, considerando-se que o consumo seja mais alto em grandes centros do que em cidades pequenas (o que não é obrigatório). Por outro lado, como a renda dos EUA é muito mais alta que a do Brasil e a cocaína é uma droga cara, o fato do consumo estimado no Rio se alinhar com a média dos EUA sugere que—com base em declarações dos usuários—o tamanho do mercado do Rio deve estar na mesma ordem de grandeza obtida a partir das pesquisas nacionais e os ajustes descritos acima.

Uma forma de lidar com o risco da sub-declaração discutido anteriormente, é definir um coeficiente de ajuste ad-hoc para a estimativa de consumo. A partir dos estudos comparando declarações e registros médicos, etc., esse coeficiente pode presumir que o valor declarado seja metade do valor efetivamente. Com isto, pode-se construir uma faixa para a dimensão do mercado, permitindo avaliações mais ou menos conservadoras.

5. Faturamento do Tráfico de Drogas no Rio

A estimativa a seguir associa o faturamento do tráfico no Rio de Janeiro ao consumo local. Esta hipótese parte da observação casual de que não há indicações fortes de que o Rio seja hoje um grande centro de passagem para outros mercados (ou seja, ela não intermedeia o tráfico internacional), e tampouco um centro de distribuição regional (não intermedeia o tráfico para outros estados).

A vista desta hipótese, o importante para se estimar o faturamento são os preços de venda no varejo local. O preço do varejo no Brasil é encontrado no relatório anual da ONU, o *World Drug Report (WDR)*²¹, cuja fonte original para a informação sobre Brasil é a Polícia Federal. Esses dados não se referem a uma cidade em particular mas a uma média do Brasil, ainda que se saiba que há diferenças de preços entre cidades.²²

²¹ Além de preços, o WDR reúne resultados de pesquisas realizadas em diversos países com dados de consumo, produção, grau de pureza e apreensão de drogas ilícitas.

²² Kuziemko e Levitt (2001) acompanharam preços do STRIDE entre 1986 e 1996 e verificaram que quanto maior a certeza da punição e da severidade da pena, maior o preço da cocaína e da heroína no varejo das cidades dos EUA. Como medida de certeza de punição, eles usam o número de detenções motivadas por porte de drogas por habitante no estado, e como medida de severidade, usam a fração de



O relatório da ONU fornece preços médios das três drogas no varejo e no atacado, em dólares por grama. Os preços no varejo são US\$ 0,3 por grama de maconha, US\$ 12 por grama de cocaína e US\$ 6 por grama de crack. Os preços no atacado, de acordo com a ONU, são de US\$ 0.15 por grama de maconha, US\$ 3 por grama de cocaína e US\$ 2 por grama de crack.²³

A margem entre preço do varejo e preço no atacado é bastante variável de acordo com o produto vendido, como deveríamos esperar (dadas diferentes elasticidades-preço de demanda). A margem do varejo sobre o atacado é de 100% no caso da maconha, de 300% no caso da cocaína e de 200% no caso do crack.

Uma forma de avaliar a plausibilidade dessas margens é comparar com alguns estudos nos EUA comparando, por exemplos, preços na fronteira e no varejo. Rhodes *et al* (2002)²⁴ encontram uma margem média (mark-up) pela qual o preço de varejo é composto por um custo fixo mais 2,24 o preço da droga na fronteira. Essas margens, no entanto podem flutuar por vários motivos. Levitt e Venkatesh (2000), analisando as finanças de uma gangue encontram uma receita com vendas de drogas que é 4,25 vezes maior do que o custo das mercadorias vendidas no primeiro ano, e 18,9 vezes maior no quarto ano, no auge da epidemia de crack. De todo modo, verifica-se que a margem no Brasil informada pelo relatório da ONU não se afasta muito do encontrado nas pesquisas americanas.

detenções que resultaram em cumprimento de pena em presídio. Ver Kuziemko, I. e Levitt, S. An Empirical Analysis Of Imprisoning Drug Offenders, *Journal of Public Economics*, 2004, v88(9-10, Aug), 2043-2066.

²³ Nos Estados Unidos, a base de dados mais utilizada, e única de abrangência nacional, é a da pesquisa feita pela Drug Enforcement Agency (DEA), desde 1983. Ela parte de dados de custo total, quantidades e pureza, coletados através de compras no varejo por agentes federais e informantes (System to Retrieve Information from Drug Evidence, STRIDE). O objetivo primário da coleta é manter dados administrativos sobre os valores comprados por cada agente, e acompanhar a evolução dos tipos de droga no mercado dos EUA, para usar a informação em processos criminais.

²⁴ Rhodes, W.; Johnston, P. ; Han, S. ; McMullen, Q. ;Hozik, L. *Illicit Drugs: Price Elasticity of Demand and Supply*. US Department of Justice. Mimeo. 2002. Para Rhodes et all., o preço de varejo compõe-se de um elemento fixo (um valor nominal constante adicionado ao preço na fronteira e um mark-up que multiplica o preço do atacado, ou seja, $P_v = m_1 + m_2 P_a$. Esta composição procura capturar custos fixos da distribuição, mais uma efetiva margem de lucro proporcional ao preço de atacado.



O faturamento da venda de drogas no Rio de Janeiro, considerando a demanda estimada a partir das pesquisas com estudantes e outros grupos etários, e os preços informados pela ONU é da ordem de R\$ 320 milhões anuais (Tabela 5).

Tabela 5: Faturamento do Tráfico

Droga	Cenário 1	Cenário 2
Maconha	54.031.701	108.063.402
Cocaína	211.618.076	423.236.152
Crack	51.049.514	102.099.029
Total	316.699.291	633.398.583

Fonte: Levantamentos da SENAD, Polícia Federal e WDR 2008 (ONU).
Taxa de Câmbio: 1 US\$ = 2 R\$

Como comentado acima, as pesquisas baseadas em declarações de usuários tendem a indicar um consumo menor que o real. Adotando-se o coeficiente de subestimativa de 50% por conta de omissão de informação dos usuários, pode-se chegar a um faturamento “teto” de R\$ 630 milhões por ano do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Este faturamento é significativo, mas representa apenas 0,1-0,2% do PIB (valor agregado) do Estado, estimado na faixa de R\$ 300 bilhões anuais.

O fato do faturamento estimado do tráfico não ser extraordinariamente grande se prende muito ao fato de que nos últimos anos houve uma redução de segmentos de alto poder aquisitivo no Rio de Janeiro. Assim, a droga passou a concorrer com uma série de outros artigos de consumo entre as classes populares, e sua aquisição sujeita a uma restrição orçamentária relativamente importante. Apesar de talvez o consumo ter penetrado mais profundamente em vários extratos da sociedade, o mercado encolheu do ponto de vista de renda total disponível.

A limitação intrínseca do mercado de drogas tem sido considerada um dos fatores incentivando a procura de outras fontes de rendas por parte de traficantes. De fato, a possibilidade de obter renda a partir do controle da oferta de serviços tais como eletricidade, gás, e mesmo televisão a cabo, ajuda a diluir os custos operacionais do tráfico, aumentando a rentabilidade de um dos principais insumos deste comércio que é a violência.



6. Custo operacional anual

Na tentativa de estimar os custos totais do tráfico, foi considerado como custo fixo o custo com depreciação do capital fixo (armas) e como custos variáveis, despesas com matéria-prima e mão-de-obra. O custo fixo do armamento foi obtido a partir de dados de armas apreendidas pela polícia, conforme o Instituto de Segurança Pública (ISP), e de preços das respectivas armas no mercado, de acordo com levantamento próprio. Este custo é da ordem de R\$ 25 milhões anuais (Tabela 6).

Tabela 6 - Custo anual de depreciação do capital

Arma	Quantidade Apreendida	Preço (R\$)	Custo (em R\$)
Espingarda	1,522	1,310	1,993,820
Fuzil	214	22,000	4,708,000
Metralhadora	73	4,500	328,500
Pistola	8,067	2,200	17,747,400
Total			24,777,720

Fonte: ISP para apreensão, e fabricantes Taurus, Boito e Polícia Federal para preços.

O principal custo variável é o da matéria prima. Este é estimado a partir dos preços de atacado informados no relatório da ONU. Estes custos são de US\$ 0.15 por grama de maconha, US\$ 3 por grama de cocaína e US\$ 2 por grama de crack. Esse custo representa aproximadamente 1/3 dos valores de venda—em linha com a estimativa de margem discutida acima. Esse custo soma, no caso de um consumo como o indicado na Tabela 4 (consumo conservador), R\$ 97 milhões (Tabela 7), aos quais se pode adicionar 10% correspondentes às apreensões pela polícia e outras perdas, chegando-se a um total próximo a R\$ 110 milhões anuais.



Tabela 7 – Custo anual de matéria-prima –Consumo conservador

Droga	Custo (R\$)
Maconha	27,015,850
Cocaína	52,904,519
Crack	17,016,505
Total	96,936,874

Fonte: Tabela 13 e WDR 2008 (ONU).

* Taxa de Câmbio: 1US\$ = 2 R\$

O segundo tipo de custo variável, o custo de mão-de-obra, representa o gasto anual com o pessoal contratado para trabalhar no negócio do tráfico. Trata-se grosso modo da massa salarial diretamente envolvida com o tráfico.

Uma fonte para estimar o custo de mão de obra é fornecida pelo Observatório das Favelas. O Observatório das Favelas (OF) conduziu uma pesquisa em 2004 e 2006 procurando identificar a participação de jovens residentes em favelas no tráfico. A pesquisa fornece uma distribuição percentual de pessoas envolvidas, de acordo com sua remuneração. Curiosamente, a distribuição salarial tem média e mediana muito próximas (entre um e três salários mínimos), diferente do que foi observado por Levitt e Venkatesh (2000) em relação a gangues americanas. Provavelmente isto se explica em primeiro lugar porque a base de dados do OF é censurada, havendo 1,7% de empregados para os quais não se conhece a remuneração. Segundo, e mais importante, a base de dados do OF diz respeito a trabalho assalariado, e não inclui o ganho de capital, ou os rendimentos dos chefes do tráfico, ao passo que Levitt e Venkatesh (2000) incluem a distribuição de lucros do tráfico. A extratificação da remuneração pode ser extrapolada para outros grupos envolvidos no tráfico, inclusive populações de mais idade.²⁵

²⁵ No caso dos salários, a pesquisa distribui os percentuais de empregados por faixas salariais, que por fins de cálculo, foram aqui consideradas as médias das faixas. Como as faixas são em números de salários mínimos, e o presente estudo se baseia no ano de 2005, foi utilizado o salário mínimo real de dezembro de 2005, da base de dados do Ipeadata.



A quantidade de pessoas envolvidas no tráfico tem sido estimada com base em evidências da Polícia Civil em 1.5% da população total residente em favelas. Esta medida—indicativa—sugeriria a participação de aproximadamente 16,5 mil pessoas (16,387 pessoas, já que de acordo com o Censo de 2000 do IBGE, havia naquele ano 1,092,476 residentes nas favelas). Obviamente não se presume que apenas as pessoas nas favelas participam no tráfico—mas é nessas áreas, onde o tráfico por vezes tem o controle territorial, que se concentram aqueles diretamente envolvidos.

Aplicando-se os percentuais de funcionários da pesquisa do Observatório de Favelas sobre uma estimativa de 16,387 pessoas envolvidas no tráfico, e multiplicando por seus respectivos salários, chega-se no custo anual estimado de mão-de-obra, de aproximadamente R\$ 158,7 milhões (Tabela 8).

Tabela 8 - Custo anual de mão-de-obra

Faixa salarial*	SM considerado	% Empregados	Número de Empregados	Massa Salarial Anual
Menos de 1 SM	0.5	8.7	1,426	2,919,938
1 SM	1	9.6	1,573	6,444,000
Acima 1 até 3 SM	2	57	9,341	76,522,503
Acima 3 até 5 SM	4	18.7	3,064	50,209,502
Acima 5 até 7 SM	6	3	492	12,082,501
Acima 8 até 10 SM	9	1.3	213	7,853,625
Sem Informação	2.4	1.7	279	2,698,418
Total		100	16,387	158,730,487

Fonte: Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006

* Salário Mínimo Real dez05 = R\$ 314.35 - Fonte: Ipeadata.

Considerando-se as duas despesas, Por fim, o custo anual do tráfico, que é o somatório do custo fixo com os custos variáveis, é de aproximadamente 280,5 milhões de reais.

7. Resultado operacional do tráfico no Rio de Janeiro

O resultado operacional do tráfico é o excedente entre o faturamento e os custos operacionais. Para um cenário básico de venda de R\$ 316 milhões, Na primeira coluna da tabela 9, encontra-se os números do cenário-base, qua seja, o tráfico fatura 316



milhões de reais, e tem um custo de mercadorias vendidas de R\$ 107 milhões (considerando-se perdas e apreensões). Deduzindo-se da receita de venda os custos da matéria prima a preços de atacado, reposição do estoque de armas, e mão de obra, chega-se a um excedente de R\$ 26 milhões (Tabela 9). Esse valor indicaria que o tráfico está operando, no que tange apenas à venda de drogas, praticamente no break-even. Uma margem geral tão estreita poderia apontar para uma certa fragilidade da operação, explicando o interesse em expandir os ganhos da violência para outras atividades, como a provisão de serviços de eletricidade e comunicação nas comunidades onde o tráfico tem controle territorial.

Tabela 9: Contabilidade do Tráfico Simulada

Faturamento	316.699.291	633.398.583
Custo Mão-de-Obra	158.730.487	158.730.487
Custo Mercadorias Vendidas	96.936.874	193.873.749
Custo Depreciação (armas)	24.777.720	24.777.720
Custo Apreensão de Drogas	9.693.687	19.387.375
Excedente Operacional	26.560.522	236.629.252

OBS: Custo de apreensão de drogas é 10% do custo de mercadorias vendidas; custo de depreciação corresponde ao custo das armas tomadas pela polícia.

Um excedente de R\$ 26 milhões deixa muito pouco para outras despesas de manutenção do tráfico não contabilizadas como salários diretos dos participantes. Em particular, haveria muito pouco para repartir para outros agentes que pudessem prover apoio mais amplo no asfalto e outras áreas de interesse para o desenvolvimento deste comércio.

Um cenário que procure corrigir a sub-estimativa muitas vezes inerente às pesquisas que servem de base para o dimensionamento do mercado neste estudo, ampliaria o excedente operacional do tráfico para R\$ 236 milhões. Este é um valor bastante significativo, mas não extraordinariamente alto em relação aos recursos do resto da sociedade. Além disso, ele pode estar um pouco inflado, já que a sub-estimação de 50% pode ser típica para o consumo da cocaína, mas pesquisas nos EUA sugerem que ela seja menor no caso da maconha. Como a maconha corresponderia a quase 20% do mercado do Rio, o valor das vendas totais estaria abaixo do teto de R\$ 630 milhões.



8. Conclusões

Este estudo faz um esforço para estimar qual pode ser a dimensão econômica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. A partir de indicadores de pesquisa qualitativa do CEBRID, combinados com hipóteses sobre o perfil de consumo por faixa etária, encontram-se valores do consumo de maconha, cocaína e crack. Estes valores estão em linha com o consumo per capita dos Estados Unidos, pelo menos para cocaína, apesar da relativa sensibilidade preço a esta droga (nas demais, não encontramos estudos que permitam a comparação). Considerando preços de venda informados pelo relatório da ONU, estima-se que o faturamento anual da venda no varejo de maconha, cocaína e crack na cidade do Rio de Janeiro esteja na faixa de R\$ 316 milhões e R\$ 633 milhões.

A margem de preço entre atacado e varejo para as três drogas analisadas baseia-se em dados da ONU para o Brasil, e parece em linha com o estudo de Levitt e Venkatesh (2000). Após o cômputo de estimativa de “folha salarial” dos que participam no tráfico dentro da definição avançada pelo Observatório das Favelas, chega-se a um excedente operacional para o tráfico de R\$ 26 milhões em um cenário conservador de consumo, e de R\$ 236 milhões em um cenário mais agressivo. A verdade provavelmente está no meio do caminho.

Esta avaliação a partir de pesquisas institucionais é um passo para se dimensionar o mercado de drogas no Rio de Janeiro de forma mais sistemática, diminuindo a dependência de avaliações anedóticas. Isto pode ser de interesse porque, por exemplo, algumas reportagens indicam que anotações capturadas pela polícia sugerem haver pontos de varejo (bocas de fumo) que faturariam R\$ 15 mil por dia, ou R\$ 5,4 milhões por ano. Na medida em que se extrapolem resultados como estes, com base na observação de que, por exemplo, o Complexo do Alemão engloba 17 favelas, cada uma com em média 10 bocas de fumo, pode-se chegar a números de grande



magnitude, às vezes através de um processo de inferência incompleto²⁶. De fato, houvesse 170 bocas de fumo faturando R\$ 5,4 milhões por ano no Alemão, só ali o giro seria de mais de 900 milhões de reais por ano. Trata-se, evidentemente de uma cifra bem mais alta do que o consumo em toda a cidade do Rio de Janeiro estimado de acordo com a metodologia adotada neste estudo.

O cuidado com a amostra também é importante para evitar percepções erradas. Um esforço jornalístico recente sugeria que 35% dos jovens que saem a noite no Rio de Janeiro dizem consumir drogas.²⁷ Este é um número bem mais alto do que aqueles encontrados na pesquisa do CEBRID, que mostram que entre os estudantes de segundo grau apenas de 6,8% revelam terem consumido maconha na vida; mesmo na faixa até 24 anos, o consumo na vida estaria por volta de 20%. A diferença se esclarece um pouco quando se considera que a amostra da reportagem se referia a jovens de famílias abastadas e que não trabalhavam—ou seja, um segmento reduzido da população. Assinale-se por outro lado, que o presente estudo não avalia o mercado de outras drogas, particularmente as de síntese química.

Na mesma linha, um dos limites do faturamento do mercado de drogas no Rio se explica porque, ao contrário de cidades como Medellín ou Cali, a capital fluminense não apresenta indicações de estar diretamente envolvida com a produção de drogas. O mercado carioca provavelmente tampouco se compara com a situação atual de algumas cidades do México que funcionam como ponto de distribuição para o mercado americano. No entanto, o fato do mercado ser reduzido por si só não traz apenas boas notícias. Uma consequência de margens baixas é o estímulo à formação de consórcios para diluição dos custos fixos, mais notavelmente o controle da violência. Mais recentemente, por exemplo, há episódios de consórcios de criminosos repartindo armamentos e pessoas em operações comuns, especialmente onde há disputa de território.

²⁶ E.g., O globo de 25/9/2008.

²⁷ Revista do Globo, 2/11/2008



Em resumo, o estudo, apesar de preliminar, traz algumas indicações que podem ser úteis para a análise de políticas públicas. Em particular, opções que enfraqueçam a base econômica do tráfico, o qual hoje está bastante dependente do mercado local, inclusive das favelas, pode constituir uma estratégia eficiente para a recuperação econômica da cidade do Rio de Janeiro. Nesta linha, aumentar a apreensão de armas—uma das principais motivações para a polícia se fazer presente de maneira efetiva em algumas comunidades—pode ter um significativo impacto na rentabilidade do negócio. A apreensão de armas afeta a demanda pela droga, por aumentar seu preço em função do custo adicional que cria pela necessidade de reposição do arsenal do tráfico. A ação também tende a facilitar a identificação de fornecedores, restringindo a oferta. O aumento do custo de operação do negócio também reduz o excedente operacional do comércio e portanto a remuneração dos que dele participam, diminuindo o estímulo a pessoas pensarem no tráfico como “carreira”, ainda que a diminuição da violência diminua os riscos associados a esta atividade ilícita. Finalmente, a diminuição do porte de armas que pode ser alcançado pela presença efetiva da polícia também diminui a possibilidade do tráfico dominar, pela violência, outras atividades econômicas no território em que atue.

A coibição ao fornecimento de serviços de forma ilegal é uma ação com importante consequência para a sustentabilidade do tráfico—especialmente quando as margens do comércio ilícito das drogas são mais estreitas—e para o desenvolvimento econômico. O fornecimento pirata de luz, sinal de TV, gás, etc., apesar de envolver riscos menores que o tráfico, requer o controle territorial armado para prosperar. Ele pode se tornar, assim, uma forma de diluir custos fixos de atividades que necessitem da violência para se manter. A presença física do estado em operações de pacificação, coibindo o fornecimento ilegal desses serviços é importante porque os lucros indevidos do fornecimento ilegal alimentam a violência, enquanto prejudicam a economia como um todo ao aumentar ainda mais o custo do mundo formal. A ação do Estado para reduzir esse desequilíbrio, inclusive por ações que facilitem o desarmamento em diversas comunidades, tem, portanto, um impacto positivo no desenvolvimento econômico, no estímulo à formalização de empreendedores em comunidades mais pobres e no próprio nível de vida da população, ainda que possa ser visto como



onerando alguns grupos no curto prazo. Evidentemente, uma política de legalização dos serviços básicos é facilitada pela adoção de inovações tecnológicas que permitam aos fornecedores legítimos oferecerem serviços a preços mais baixos, diminuindo a cunha entre o legal e o ilegal.



Anexo

Tabela A1 - Percentual de consumidores, por droga, segundo faixa etária e uso

Faixa Etária	Tipo de Uso	Maconha	Cocaína	Crack
12-17 anos	Mês	1.00	0.11	0.04
	Ano (1-11 meses)	0.33	0.03	0.00
	Vida	0.38	0.01	0.01
18-24 anos	Mês	4.00	1.30	0.50
	Ano (1-11 meses)	1.30	0.30	0.00
	Vida	1.50	0.10	0.10
25-34 anos	Mês	3.17	1.98	0.76
	Ano (1-11 meses)	1.03	0.46	0.00
	Vida	1.19	0.15	0.15
Maior 35 anos	Mês	1.24	0.76	0.29
	Ano (1-11 meses)	0.40	0.18	0.00
	Vida	0.47	0.06	0.06

Fonte: Elaboração própria a partir dos Levantamentos do CEBRID.

Tabela A2 - Número de unidades de drogas consumidas por tipo de consumidor

Faixa Etária	1 mês			De 1 a 11 meses			1 vez vida	Total
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto		
Maconha								
12-17 anos	40,023	17,401	12,181	6,504	2,828	1,979	218	81,134
18-24 anos	211,039	91,756	64,229	34,294	14,910	10,437	1,147	427,812
25-34 anos	209,013	90,875	63,613	33,965	14,767	10,337	1,136	423,706
Maior 35 anos	231,122	100,488	70,342	37,557	16,329	11,430	1,256	468,525
Cocaína								
12-17 anos	4,216	2,409	1,205	486	278	139	5	8,738
18-24 anos	64,229	36,702	18,351	7,411	4,235	2,117	76	133,123
25-34 anos	122,054	69,745	34,873	14,083	8,048	4,024	145	252,972
Maior 35 anos	133,037	76,021	38,011	15,350	8,772	4,386	158	275,736
Crack								
12-17 anos	602	1,807	602	0	0	0	5	3,017
18-24 anos	9,176	27,527	9,176	0	0	0	76	45,954
25-34 anos	17,436	52,309	17,436	0	0	0	145	87,327
Maior 35 anos	19,005	57,016	19,005	0	0	0	158	95,185



Total								2,303,229
12-17 anos	44,842	21,618	13,988	6,990	3,106	2,118	228	92,889
18-24 anos	284,443	155,985	91,756	41,705	19,145	12,555	1,300	606,889
25-34 anos	348,504	212,930	115,922	48,048	22,815	14,361	1,427	764,005
Maior 35 anos	383,165	233,525	127,357	52,908	25,101	15,816	1,573	839,445

Fonte: Elaboração própria a partir dos Levantamentos do CEBRID e Datasus/MS.

Tabela A3 - Consumo em quilos, por droga, segundo faixa etária e frequência de uso

Faixa Etária	1 mês			De 1 a 11 meses			1 vez vida	Total
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto		
Maconha								90,053
12-17 anos	1,001	1,653	1,827	163	269	297	5	5,214
18-24 anos	5,276	8,717	9,634	857	1,416	1,566	29	27,495
25-34 anos	5,225	8,633	9,542	849	1,403	1,551	28	27,231
Maior 35 anos	5,778	9,546	10,551	939	1,551	1,715	31	30,112
Cocaína								8,817
12-17 anos	21	46	36	2	5	4	0	115
18-24 anos	321	697	551	37	80	64	0	1,750
25-34 anos	610	1,325	1,046	70	153	121	1	3,326
Maior 35 anos	665	1,444	1,140	77	167	132	1	3,626
Crack								4,254
12-17 anos	3	34	18	0	0	0	0	55
18-24 anos	46	523	275	0	0	0	0	845
25-34 anos	87	994	523	0	0	0	1	1,605
Maior 35 anos	95	1,083	570	0	0	0	1	1,749
Total								103,124
12-17 anos	1,025	1,733	1,881	165	274	301	5	5,385
18-24 anos	5,643	9,937	10,460	894	1,497	1,629	29	30,090
25-34 anos	5,923	10,952	11,111	920	1,556	1,671	30	32,163
Maior 35 anos	6,538	12,074	12,262	1,016	1,718	1,846	33	35,487

Fonte: Elaboração própria a partir dos Levantamentos do CEBRID e Datasus/MS.

